



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Democracia, Participação e Movimentos Sociais.

Sub-Eixo: Democracia, Participação e Movimentos Sociais.

Confronto Político e Movimentos Sociais

Alexsander Fonseca de Araujo¹

Resumo

Este trabalho tem como proposta uma revisão bibliográfica e conceitual a respeito dos estudos de movimentos sociais, enfatizando as correntes do Confronto Político (Contentious Politics) e outros conceitos centrais desenvolvidos e abordados no campo dos movimentos sociais, como as redes sociais. Busca-se uma contribuição do debate teórico trazendo a abordagem relacional das Redes Sociais, que adentram no campo dos movimentos sociais com sucesso, podendo consolidar a solução de embates teóricos e empíricos de análise.

Palavras-chave: Confronto Político; Movimentos Sociais; Análise de Redes Sociais.

Contentious Politics and Social Movements

Abstract

This work proposes a bibliographic and conceptual review regarding the studies of social movements, emphasizing the currents of the Contentious Politics and other central concepts developed and addressed in the field of social movements, such as social networks. We seek a contribution from the theoretical debate bringing the relational approach of Social Networks, which enter the field of social movements successfully, being able to consolidate the solution of theoretical and empirical clashes of analysis.

Keywords: Contentious Politics; Social Movements; Social Networks Analysis.

Introdução.

Um dos grandes debates desenvolvidos nos estudos de movimentos sociais é abarcado pela instância do nível de enfoque dado pela pesquisa. De modo geral, o paradigma que vêm dominando desde os anos 70, vem de teorias estruturalistas e de nível macrossociológico. Duas correntes teóricas que dominaram essa abordagem se dão pela Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e a Teoria do Processo Político (TPP). Para além do paradigma estrutural, as críticas na década de 80 começaram a partir de um paradigma culturalista, entendendo que essas teorias estruturalistas investigavam como unidade de análise uma ação coletiva materialista de recursos. Dentre as mais fortes críticas da abordagem culturalista está à ineficiência explicativa dos modelos estruturalista em pontuar a agência dos atores. Da agência se estabelece variáveis subjetivas, simbólicas, culturais e psicológicas importantes para uma compreensão

¹Mestrando em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: alexsanderfa@gmail.com.

aprofundada da ação coletiva.

Na década 90, se enfatizam essas críticas e autocríticas dos próprios teóricos estruturalistas, que começam a buscar incorporar noções culturais, como identidade coletiva, símbolos interpretativos e redes sociais de relações. A partir dessa reconfiguração no debate dos movimentos sociais, Tilly, Tarrow e McAdam em *Dynamics of Contentious* (2001) encabeçam a teoria do Confronto Político (*Contentious Politics*).

A seguir neste trabalho se dará enfoque nas configurações de conceitos dentro da teoria do Confronto Político e abranger a discussão de alguns conceitos, como redes sociais, a partir de outras abordagens. O que podemos dizer, é que convergimos com a tendência que vem ocorrendo nos estudos de movimentos sociais, na qual se entende que contribuições tanto estruturalistas quanto culturalistas, podem ser incorporadas em conjunto e reunir mecanismos para melhor compreendê-los (JASPER, 2016)

Desenvolvimento: O Confronto Político.

A discussão principal da teoria do Confronto Político se estabelece em duas obras principais, “*Dynamics of contention: Cambridge studies in contentious politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001” com autoria dos três autores, Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam, apresenta ineditamente a teoria. E o segundo “*Contentious Politics*. Oxford University Press, 2015.” é uma atualização do debate, onde pontuam a elaboração da teoria mais robusta de forma que fora modificado após discussões desde o primeiro. Este na verdade é uma segunda versão do livro de 2007. Nessa atualização os autores implementam correções de críticas, por exemplo, como a falta do “olhar” para áreas institucionais e repertórios institucionais. Além disso podem aplicar exemplos recentes.

O Confronto Político, tradução do *Contentious Politics*, é uma teoria geral que os autores buscam elaborar a princípio para integrar os estudos de movimentos sociais e suas variações de conceitos, como: luta política, movimentos sociais, revoluções, ações coletivas e etc. Nesse sentido buscam enfatizar e abranger os estudos para o conceito de confronto político, delimitando assim os vários casos similares pelo mundo, possibilitando comparações e correlações. De certa forma sintetizam as subáreas para uma agenda de pesquisa em comum. Entende-se então que essa síntese abarca uma variedade de teorias e estudos empíricos.

Os autores pontuam duas formas do Confronto Político. A contida e a transgressiva. O Confronto Contido refere-se aos casos de confronto em que todas as partes são atores previamente estabelecidos, empregando meios bem estabelecidos de reivindicação. O Confronto Transgressivo consiste em interações episódicas, públicas e coletivas entre formuladores de reivindicações e seus objetos. A ação é qualificada tanto como inovadora e geralmente se trata de um Confronto Transgressivo (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001).

Além disso, algumas premissas são melhores estabelecidas, como, as dinâmicas entre atores, ou seja, eles estão em movimento; a permissão de vários governos e segmentos e coalizões.

Explicar Confronto Político é identificar seus mecanismos causais recorrentes, as formas como eles combinam, em que sequências que se repetem e por que diferentes combinações e sequências iniciam diferentes condições e produzem efeitos variados nas grandes escalas (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 13).

Defendem a abordagem de interação por entender que a mobilização não é um processo isolado, interage com criação e transformação de atores, suas certificações, repressão, radicalização e difusão.

Denominam três (3) fatores do confronto político: confronto, ação coletiva e políticas. Confronto: envolve interações nas quais os atores fazem reivindicações tendo em conta os interesses de outros atores. Ação Coletiva: significa coordenar esforços em nome de interesses ou programas compartilhados. Políticas: entramos no reino da política quando interagimos com agentes de governos, lidando diretamente ou participando de atividades com direitos governamentais, regulamentos e interesses.

Na maioria das vezes, os autores pontuam que o Estado e seus agentes estão em interação na *Politics*, fazendo parte desse confronto político seja como reivindicado, regulador ou reivindicador. A presença ou ausência de governos em disputa faz uma diferença por três grandes razões: 1. Quem controla o governo ganha vantagens sobre as que não. 2. Os governos sempre estabelecem regras que regem a disputa. 3. Os governos controlam meios coercitivos substanciais: exércitos, polícia forças, tribunais, prisões e afins.

O Confronto Político advém de uma agenda clássica dos estudos dos movimentos sociais, nela podemos perceber três (3) conceitos de base e interação para com o confronto político. São todos a partir da investigação da mudança social. São eles:

a estrutura de mobilizações; as oportunidades e ameaças; o processo de enquadramento e os repertórios de confronto.

Como sugere a figura 1 a seguir.

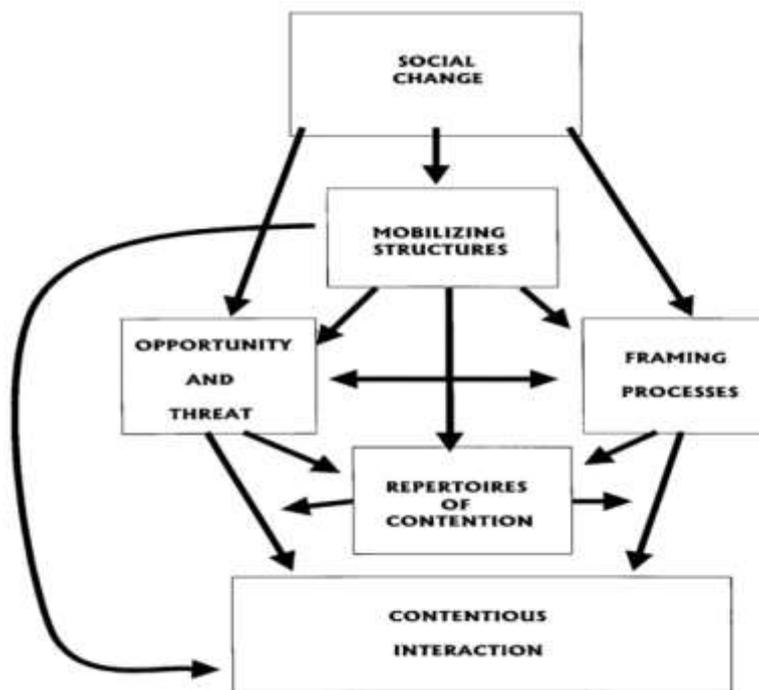


Figure 1.2. The Classic Social Movement Agenda for Explaining Contentious Politics

Figura 1 - A agenda clássica dos movimentos sociais.

Pontuam também as quatro (4) tradições dos estudos de movimento sociais. Sendo:

1. Análises estruturais, em sua forma mais pura, imputa interesses e capacidades coletividades inteiras.
2. Análises racionalistas, às vezes atribuem direção a coletividades como firmas e estados, mas principalmente se concentram em escolhas deliberadas feitas por indivíduos à luz de interesses, recursos e condições situacionais previamente definidos.
3. Abordagens fenomenológicas, também se concentram nos indivíduos, canalizando seus estados de conscientização para explicações sobre o envolvimento em políticas contenciosas.

4. Abordagens culturais se sobrepõem à fenomenologia, pois costumam cultura nas mentes individuais. Na sua forma pura, no entanto, essas abordagens atribuem poder causal a normas, valores, crenças e símbolos que experimentam e absorvem de fora.

No entanto, vários estudiosos vindos de diferentes perspectivas começaram a adotar o que chamamos de perspectiva “relacional”.

Nós viemos de uma tradição estruturalista. Mas no decorrer do nosso trabalho em uma ampla variedade de políticas controversas na Europa e na América do Norte, nós descobrimos a necessidade de tomar interação estratégica, consciência e cultura historicamente acumulada em consideração. (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 22).

Nesse sentido, o conceito de mecanismos trás essa certa perspectiva relacional, buscando chegar a explicação aplicando o mecanismo apropriado para o caso. Mais à frente pontuaremos as limitações e críticas apontadas por essa “dinâmica” e perspectiva relacional. Mas de qualquer forma, os autores acabam flertando com respeito a uma perspectiva estratégica e cultural, ao construir esse conceito (JASPER, 2012).

Como um conceito crucial então para a teoria, os Mecanismos, entendem como uma classe delimitada de mudanças que alteram as relações entre conjuntos especificados de elementos de maneira idêntica ou muito semelhante em uma variedade de situações (TILLY; TARROW, 2015). São pontuados em três distinções importantes: mecanismos ambientais, cognitivos e relacionais (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001). Os mecanismos raramente operam por si só, eles operam junto com outros mecanismos de processos mais amplos, então os mecanismos são compostos por processos. Os mecanismos centrais geralmente são interacionais.

Mecanismos ambientais significam influências geradas externamente sobre condições que afetam a vida social. Mecanismos cognitivos operam através de alterações individuais e percepção coletiva; palavras como reconhecer, entender, reinterpretar, e classificar caracterizam tais mecanismos. Mecanismos relacionais alteram as conexões entre pessoas, grupos e redes interpessoais. O *Brokerage*, por exemplo, um dos três mecanismos apontados como mais comuns pelos autores, combinam em diversos contextos de casos. São eles: *Brokerage*, produção de uma nova conexão anteriormente não existente. Difusão, disseminação de uma forma de confronto, um problema ou enquadramento, de um para o outro. Ação coordenada, envolvimento de dois ou mais

atores na sinalização mútua e paralela reivindicação sobre o mesmo objeto. Esses mecanismos interagem entre si, como podemos ver na figura 2 a seguir.

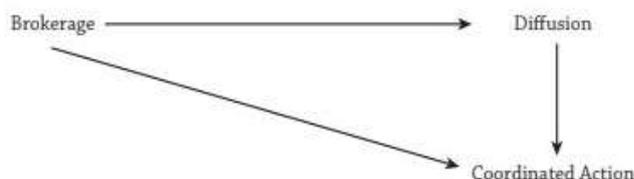


Figure 2.4:
Sites of New Coordination

Figura 2 - Mecanismos

Quando adicionamos coordenação a *brokerage* e difusão, temos ação coordenada e temos uma versão de um processo que podemos chamar de nova coordenação. A ação coordenada produz efeitos adicionais. “Nós chamamos esse processo de upward scale shift, quando vai para níveis de escala maiores” (TILLY; TARROW, 2015, p. 35).

Além desses mecanismos comuns, os autores são capazes de identificar outros também. Citarei superficialmente apenas. São: Apropriação Social, Ativação de limites, Certificação, Mudança de Identidade, Competição, Escalada e radicalização, Repressão e Controle Social. Neste último particularmente eles dão ênfase no sentido em que há vários modos de se propagar repressão e controle social, muitos atrelados a mídia em massa.

Os mecanismos então me parecem o destaque central da análise do confronto político, nele está os pontos cruciais. E a partir dele temos processos de um episódio. E a partir do episódio podemos ter eventos. Os autores defendem que cada caso de confronto é um episódio e vários casos podem se tornar um evento. No episódio eles pontuam que se deve decompôr e descrever em mecanismos e processos.

Os Processos querem dizer como combinações e sequências regulares de mecanismos que produzem transformações semelhantes (geralmente mais complexas e contingentes) desses elementos. Os autores definem eventos, como interações visivelmente coerentes entre desafiantes e seus oponentes, com terceiros, incluindo a mídia, envolvidos em funções secundárias, mas muitas vezes cruciais, na comunicação de informações sobre o evento para outros atores e outros conflitos. Episódios definem como delimitados sequências de interação contínua, geralmente produzidas por um

investigador que divide fluxos mais longos de confronto em segmentos para fins de observação sistemática, comparação e explicação.

Na figura 3 abaixo sintetizei em um organograma, a combinação dos conceitos tratados nas duas leituras a respeito do confronto político. Assim podemos visualizar e relacionar melhor à lógica e o raciocínio da construção da teoria dos autores.

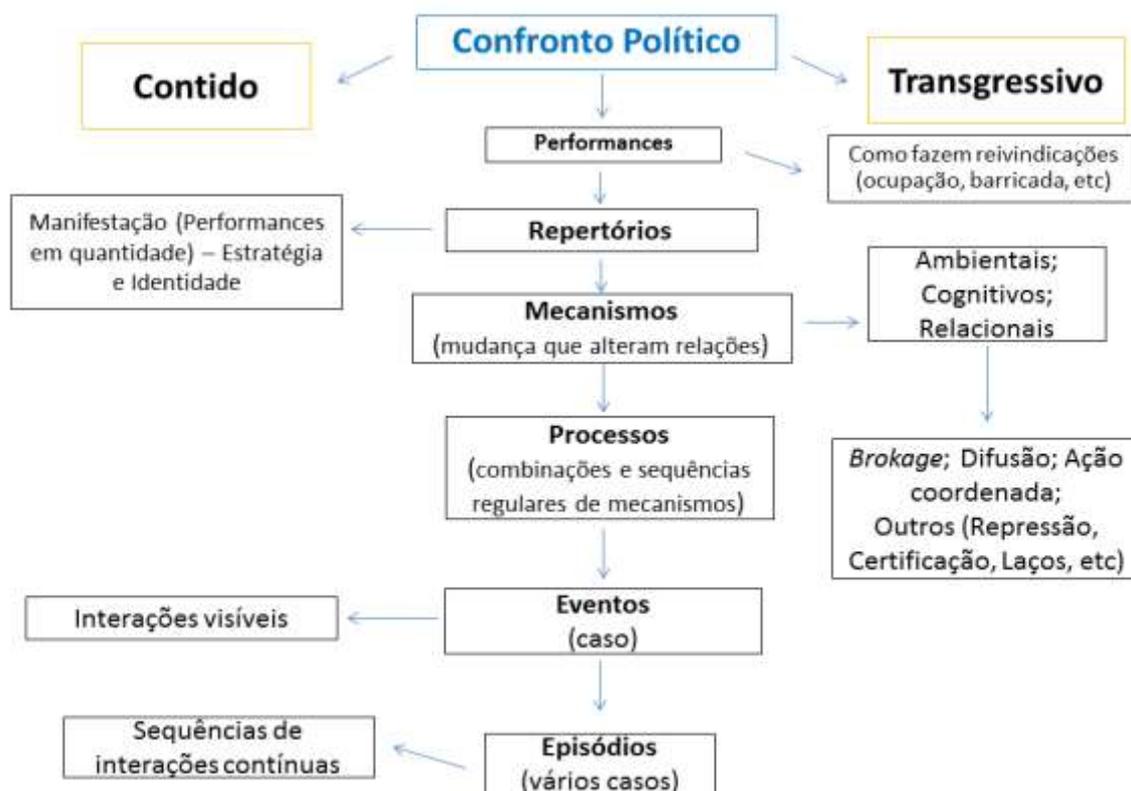


Figura 3 - Conceitos do Confronto Político

Apesar de grandes feitos desses autores, devemos pontuar também como contributivo ao estudos de movimentos sociais, as críticas direcionadas à estes. Nesse sentido, James Jasper (2012) estabelece fortes críticas construtivas com a abordagem culturalista. Considerando que o autor fortalece a perspectiva de Touraine na ênfase que a ação reside no sujeito, e aprimora para uma análise de mecanismos microssociológicos na emoção, cognição e interação, como explicativa causal.

A questão principal que devemos pontuar, é que os autores do Confronto Político, continuaram a refletir fatores estruturalistas. Como dito anteriormente, a ideia de “dinâmico” no Confronto Político, é para Jasper com uma varinha mágica que camufla o

estruturalismo, pois eles não conseguiram e construíram um pulo conceitual real de mecanismos com um enfoque promissor nas interações estratégicas dos atores, um enfoque psicossociológico, das emoções, afetos e sentimentos que forma compromissos morais, de identidades, justiça, eficiência e controle e etc. (JASPER, 2012).

Em princípio soa a tradicional dicotomia das ciências sociais, mas Jasper compreende os acertos na elaboração de mecanismos analíticos, mesmo os quais “deixa de lado” os elementos microsociais. O autor propõe que os mecanismos analíticos sejam aplicados em conjuntos ou o uso apropriado dependendo da análise. Nesse sentido Jasper (2016) pontua:

Uma abordagem de mecanismos pode incorporar mais que a cultura. Cada teoria não cultural contém alguma verdade. Em vez de encará-las enquanto teorias distintas, que podemos tentar comparar entre si, podemos transformar as percepções de cada uma delas em mecanismos. Existem Mecanismos Psicológicos como as emoções; Mecanismos Estruturais como os recursos e as regras das arenas, Mecanismos Históricos, como as diferenças entre cidades e mídias modernas e pós-modernas, e Mecanismos Racionalistas, como a busca de objetivos. Todos esses fatores ajudam a entender o protesto, mas precisamos reuni-los. (JASPER, 2016, p.55)

O que se torna primoroso é a questão de uma abordagem menos fantasiosa e distante da realidade dos seres humanos, dos atores sociais e dos sujeitos, estes aos quais as ciências sociais está debruçada ao estudo. As abordagens de nível micro nesse sentido conseguem reduzir essa distância reconhecendo as percepções e ponto de vista dos sujeitos, assim como suas escolhas e envolvimento com outros nas ações coletivas. “A ação pode ser física, mas também se baseia em significados. Esses significados podem mudar e surgir durante as próprias ações, e há conflitos sobre o que sejam.” (JASPER, 2016, p. 56)

Os significados culturais, hoje nos estudos de movimentos sociais, merecem um lugar primoroso em suas explicações (JASPER, 2016). Sendo assim, propõe-se ainda para complementar as discussões aqui tratadas, uma breve abordagem de um segmento que vêm crescendo nos estudos dos movimentos sociais: as redes sociais.

As Redes Sociais nos Movimentos Sociais.

Os estudos a respeito das redes sociais vêm a partir de um modelo analítico desenvolvido por procedimentos técnicos da Análise de Redes Sociais (ARS) ou *Social Networks Analysis*.

A análise de redes sociais assume como premissa que as relações (ou laços) sociais estabelecidos por indivíduos, atores coletivos, associações ou organizações e instituições (e entre eles) constituem o elemento por excelência de estruturação da vida social. De modo geral, a abordagem relacional compreende a ação social dos atores como constituída em um contexto de relações múltiplas, dinâmicas e mutáveis (CARLOS, 2011, p. 154 apud EMIRBAYER, 1997).

A abordagem relacional começou a tomar forma teórica a partir da ARS, em meados da década de 90, Emirbayer em seu Manifesto por uma Sociologia Relacional (1997), busca afirmar o uso da análise com pressupostos teóricos relacionais. Ao desenvolver dos estudos a ARS fora se deslocando de sua base estruturalista, e inclusive adaptada e aprimorada para foco de estudo nos movimentos sociais, como faz Mario Diani.

Diani inclusive discorda e crítica a perspectiva do Confronto Político ao estabelecer que os estudos dos movimentos sociais podem se abranger para outras categorias, como revoluções, guerras e etc. O autor defende que as redes sociais podem explicitar exatamente um fenômeno social de processos distintos de outras categorias e que uma área de estudo focada nos movimentos é necessária (DIANI, BISON, 2010). Elaborando assim uma sistematização da noção de Rede de Movimento Social (RMS) que busca uma análise que supra algumas lacunas, abrangendo o conceito de movimento e compreendendo sua complexidade relacional e heterogeneidade. Nessa perspectiva, é possível integrar diferentes mecanismos analíticos, como já ditos anteriormente por Jasper.

A ARS, por ser esse método aberto ao que o investigador for usar como pressuposto teórico e estudo de caso, é primorosa para integrar mecanismos analíticos na representação das relações em redes. Essas representações das redes sociais, são demonstradas em sociogramas e apresentadas em índices matemáticos baseado na teoria dos grafos (WELLMAN, 2000). A ARS, pode empreender uma perspectiva do estudo, tanto macro quanto micro, entendendo que utiliza-se de material qualitativo para obter o ‘conteúdo’ do que será analisado nos vínculos do ‘indivíduos’. Também considerando que o investigador pode olhar para uma rede de vários indivíduos ou de apenas um.

Partindo dessa ferramenta, Diani define os Movimentos Sociais, como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada” (DIANI, BISON, 2010, p. 220). Nesse sentido, o movimento se adapta

melhor para análises dinâmicas, em que os atores sociais têm múltiplas facetas e relações, são visto como organizações, se adapta para uma perspectiva alternativa para mecanismos estruturais e culturais, como oportunidade políticas, identidades e interpretações de significados.

Os movimentos sociais constituem três elementos, segundo o autor.

Redes informais,

“[...] as quais permitem aos atores (indivíduos e organizações) as trocas de práticas e recursos simbólicos, através da coordenação de mecanismos de intercâmbio e distribuição que são negociados entre os próprios atores.” (DIANI, 2003, p. 301).

Conflito social, “[...] atores de movimentos são engajados em conflito político e/ou cultural para promover ou se opor a uma mudança social; conflito significa aqui uma relação de oposição entre atores que disputam um mesmo interesse” (DIANI, 2003, p. 301) e Identidade coletiva,

“[...] é construída com base em interpretações e narrativas e permite que cada ator se identifique como parte do esforço coletivo, enquanto mantém sua própria identidade como ativista individual; ela está associada ao reconhecimento mútuo entre os atores, o qual define as fronteiras de um movimento que são, por consequência, inerentemente instáveis” (DIANI, 2003, p. 301)

Avança-se assim na solução da dificuldade analítica simultânea da ação e da estrutura social, ou seja, dos paradigmas das ciências sociais, situando-se em uma perspectiva da sociologia relacional. A abordagem de RMS e ARS contribui para os estudos de movimentos sociais como um todo, trazendo uma análise heterogênea da constituição do movimento como organização com ênfase nas relações. Nos permite combinar e integrar com outros conceitos analíticos que se complementam e consolidam questões antes negligenciadas.

Considerações finais

Buscou neste trabalho produzir uma revisão bibliográfica da teoria do Confronto Político, pontuando seus principais conceitos e críticas. Além disso, buscou uma contribuição do debate teórico trazendo a abordagem relacional das Redes Sociais, que adentram no campo dos movimentos sociais com sucesso, podendo consolidar a solução de embates teóricos e empíricos de análise. Esse debate de paradigmas estruturalistas e culturalistas rondam as ciências sociais a desafiando para novas abordagens.

Podemos perceber que a tendência tanto das ciências sociais quanto da área dos movimentos sociais, é de reunir e agregar teorias, categorias analíticas e conceitos para cada vez mais se ter um resultado de pesquisa superior, sem lacunas e negligências. No mais, espera-se que esses debates e contribuições sejam levados adiante para a continuidade dessa área.

Referências

CARLOS, Euzeneia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 153-166, 2011.

DIANI, Mario; MCADAM, Doug (Ed.). **Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action: Relational Approaches to Collective Action**. OUP Oxford, 2003.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 3, p. 219, 2010.

JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Zahar, 2016.

JASPER, James M. ¿De la estructura a la acción? La teoría de los movimientos sociales después de los grandes paradigmas. **Sociológica** (México), v. 27, n. 75, p. 7-48, 2012.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of contention: Cambridge studies in contentious politics**, Cambridge, Cambridge University Press, p. 3-37, 2001.

MELUCCI, A. “Getting involved: identity and mobilization in social movements”. **International Social Movements Research**, v. 1, 1988.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious Politics**. Oxford University Press, 2015.

WELLMAN, Barry. El análisis estructural: del método y la metáfora a la teoría y la sustancia. **Política y Sociedad**, Madrid, v. 33, p. 11-40, 2000.